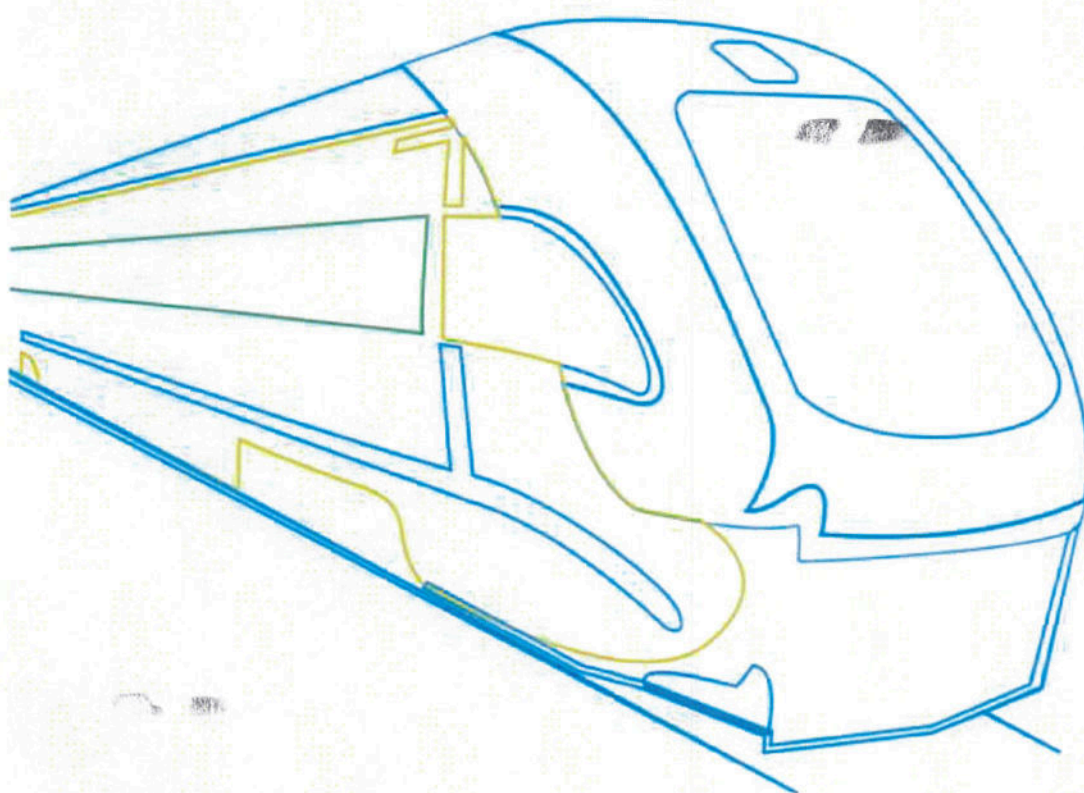


CONTRATO N° 025-2024/DA

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS**

**&
MN ENGENHARIA E PERÍCIAS**



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: MN ENGENHARIA E PERÍCIAS****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	DISPOSIÇÃO GEAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:	FORO



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, MN ENGENHARIA E PERÍCIAS, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Presidente JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora Técnica, ADRIANA FONSECA LINS, portadora da carteira de identidade nº 1982103188, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] a empresa MN ENGENHARIA E PERÍCIAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.081.197/0001-36, com sede na Avenida Prefeito Milton Dantas de Medeiros, nº 01, casa 06, CEP 59158-170, neste ato representada por JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] doravante denominada CONTRATADA, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº 028-2024/GALIC/P, Processo Administrativo PROT nº 5542/2024, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia em relação aos eventos relacionados às fortes chuvas ocorridas em 2023 na região e entorno da ferrovia denominada Linha Roxa. Tais eventos correspondem a pontos de alagamento no entorno da ferrovia e ainda pontualmente ao rompimento de tubulação de adutora de água que passa em alguns pontos sobre a linha ferrovia, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.



1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.1.1. O prazo de execução do objeto será de 1 mês contados a partir da assinatura da Ordem de



Execução – OEX.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A CBTU mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBTU;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para CBTU quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação; e

3.2.5. O valor global da contratação não supere os limites previstos nos incisos I e II, do art. 204, do RILC/CBTU.

3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a CBTU.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela CBTU da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela CONTRATADA.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.



4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 15.810,00 (quinze mil oitocentos e dez reais)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia da apresentação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, situado no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato, observadas as demais condições previstas neste contrato.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.



6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a CONTRATADA poderá apresentar os documentos de cobrança à CBTU tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a CBTU notificará por escrito à CONTRATADA para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela CONTRATADA, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a CBTU perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da CBTU dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na CBTU.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15453003228430001

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039

7.1.3. Plano Interno: N10240LROX

7.1.4. Categoria Econômica: Despesas de Capital



7.1.5. Nota de Empenho: 2024NE2816, datada de 06/12/2024

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, aplicando-se a variação média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando -se a fórmula a seguir:

$R = Po [(I - Io)]$, sendo: Io

R = Valor do reajuste procurado;

Po = Valor da medição a ser reajustada;

I = IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) na época do reajuste;

Io = IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no início da prestação dos serviços.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.



9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.



9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**



9.14. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela CBTU;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a CBTU, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da CBTU, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela CBTU, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a CBTU sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CBTU, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.



10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da **CBTU**, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.



10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.22. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.23. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da **CBTU**.

10.1.24. Não retirar equipamentos das dependências da **CBTU**, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da **CBTU**.

10.1.25. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.2.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.2.2.1. Na hipótese de subcontratação de serviços, a **CONTRATADA** deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

10.2.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações



com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

10.4 Disponibilizar à **CONTRATADA** todos os relatórios e documentos necessários a total realização dos trabalhos, inclusive documentos complementares aos descritos no item 3.6, que sejam considerados pertinentes ou complementares aos lá descritos.

10.5 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas.

10.6 Fornecer todos os elementos necessários à perfeita execução das análises;

10.7 A **CONTRATADA** deverá recrutar mão-de-obra qualificada, idônea, de modo a reunir permanentemente uma equipe homogênea e suficiente que assegure o progresso dos serviços;

10.8 Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, cause embaraço à boa execução dos serviços;

10.9 Comprovar vínculo empregatício dos empregados utilizados na execução dos serviços;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;



11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

11.3. Disponibilizar à **CONTRATADA** todos os relatórios e documentos necessários a total realização dos trabalhos, inclusive documentos complementares aos descritos no item 3.6, que sejam considerados pertinentes ou complementares aos lá descritos.

11.4. Fornecer todos os elementos necessários à perfeita execução das análises;

11.5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.



12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:



15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela CBTU, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2. A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.



22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;**

24.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC,

9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: acjoia@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (61) 2107-8341/ (61) 99464-8228



24.1.2. **EMPRESA: MN ENGENHARIA E PERÍCIAS**

24.1.2.1. Avenida Prefeito Milton Dantas de Medeiros, nº 01, casa 06, Parque das Nações, Parnamirim – CEP 59.158-170

24.1.2.2. Correio Eletrônico: julionobreng@gmail.com

24.1.2.3. Telefone: (84)99908-4000

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 11/06/2024 e revalidada em 12/012/2024;

25.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.



27.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

27.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

29.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **CBTU** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

29.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo 17.1.2 do Termo de Referência.

29.3 A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo 17.1.2 do Termo de Referência.

29.4 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo ..., do Termo de Referência.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA: DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



30.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

30.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rratificação ou anexos.

31.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

31.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

31.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- FORO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028-2024/GALIC/AC/CBTU
CONTRATO Nº 025/2024/DT



32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília– Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

30.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 27 de dezembro de 2024

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

- Contratante -

Assinado de forma digital
por JOSE MARQUES DE
LIMA: [assinatura]
Dados: 2024.12.27 17:20:28
-03'00'

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

Assinado de forma digital por
ADRIANA
FONSECA
LINS: [assinatura]
Dados: 2024.12.27 17:20:28
-03'00'

Adriana Fonseca Lins
- Diretora Técnica -

MN ENGENHARIA E PERÍCIAS

- Contratada -

Assinado de forma digital por
JULIO CESAR PEREIRA
NOBRE: [assinatura]
Dados: 2024.12.26 10:27:07
-03'00'

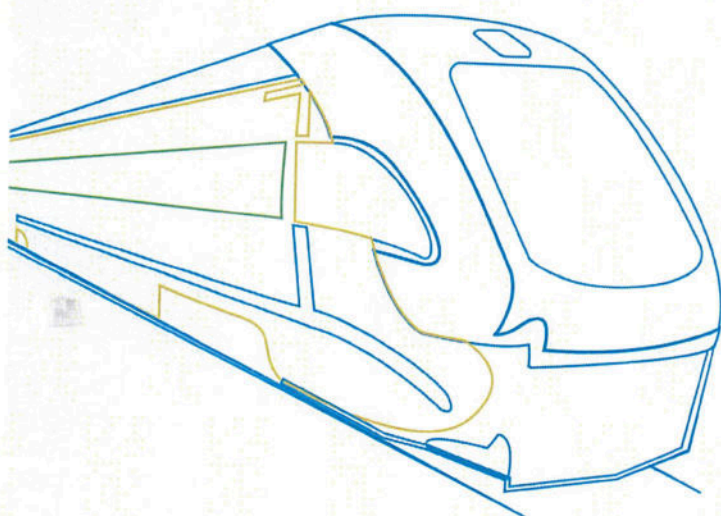
Júlio César Pereira Nobre
- Empresário Individual-

Testemunhas:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº 008-2024/GAPRO/DT

Contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia na linha férrea da Superintendência Regional de Natal – STU-NAT

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA





Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	3
2. OBJETO	3
3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO	4
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	4
5. DA VISITA TÉCNICA	6
6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	6
7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	8
8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO	9
9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	9
10. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES	9
11. GARANTIA	10
12. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL	12
13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	12
14. ANÁLISE DE RISCOS	15
15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	16
16. DISPOSIÇÕES GERAIS	17
17. ANEXOS	18



TERMO DE REFERÊNCIA 2024

TR Nº 008-2024/GAPRO/DT

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA

Contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia na linha férrea da Superintendência Regional de Natal – STU-NATAL



1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

Necessidade de contratação que se pretende analisar e mensurar no decorrer deste documento tem por objeto a necessidade de contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia em relação aos eventos relacionados às fortes chuvas ocorridas em 2023 na região e entorno da ferrovia denominada linha roxa. Tais eventos correspondem a pontos de alagamento no entorno da ferrovia e ainda pontualmente ao rompimento de tubulação de adutora de água que passa em alguns pontos sobre a linha férrea em questão.

A realização desta perícia permitirá estudo aprofundado das condições de contorno do cenário apresentado ao CREA-RN e avaliado pelos técnicos da CBTU (anexo) permitindo análise crítica sobre o projeto de drenagem e de infraestrutura em geral executado da linha roxa e sua relação com os pontos de alagamento e rompimento de adutora.

Para referência espacial de tal trabalho de perícia a ser realizado, o anexo deste ETP apresenta o projeto geométrico georreferenciado definindo com precisão adequada o local de trabalho.

Serão também apresentadas considerações da área demandante, de forma a avaliar a melhor forma de contratação, tanto em relação aos recursos financeiros, quanto à operacionalização das demandas envolvidas no processo de contratação.

A área técnica/cliente responsável pelo presente TR atesta o enquadramento do respectivo processo conforme Art. 30, capítulo II, alínea "b" da lei 13303/2016 em que: a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização para pareceres, perícias e avaliações em geral.

2. OBJETO

Contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia em relação aos eventos relacionados às fortes chuvas ocorridas em 2023 na região e entorno da ferrovia denominada linha roxa. Tais eventos correspondem a pontos de alagamento no entorno da ferrovia e ainda pontualmente ao rompimento de tubulação de adutora de água que passa em alguns pontos sobre a linha férrea em questão.

A realização desta perícia permitirá estudo aprofundado das condições de contorno do cenário



apresentado ao CREA-RN e avaliado pelos técnicos da CBTU (anexo) permitindo análise crítica sobre o projeto de drenagem e de infraestrutura em geral executado da linha roxa e sua relação com os pontos de alagamento e rompimento de adutora.

Para referência espacial de tal trabalho de perícia a ser realizado, o anexo deste ETP apresenta o projeto geométrico georreferenciado definindo com precisão adequada o local de trabalho.

3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

Esta demanda surgiu por parte da necessidade da Diretoria Executiva de avaliar os danos causados pelas chuvas intensas que ocorreram na região em 2023 e afetaram o trecho supracitado, sendo que por ser uma obra nova, a mesma foi danificada antes mesmo de entrar em operação, gerando prejuízos à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Assim, busca-se verificar as causas e os levantamentos necessários para a o restabelecimento do trecho ferroviário afetado.

O objeto do presente da presente contratação é relevante para que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) possa, com sua expertise, obter elementos técnicos que confirmem a viabilidade e nível de exequibilidade do projeto executivo na construção da linha férrea denominada linha Roca. Tal transporte de passageiros sobre trilhos, entre a região metropolitana de Natal e as cidades de São Gonçalo do Amarante/RN e Extremoz/RN, numa extensão de 4 km, beneficiará a população carente de transporte público de qualidade na região.

Esta iniciativa dará oportunidade à população destas cidades de ter mais um modal de transporte a sua disposição para deslocamentos para o trabalho, estudos, lazer, etc.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

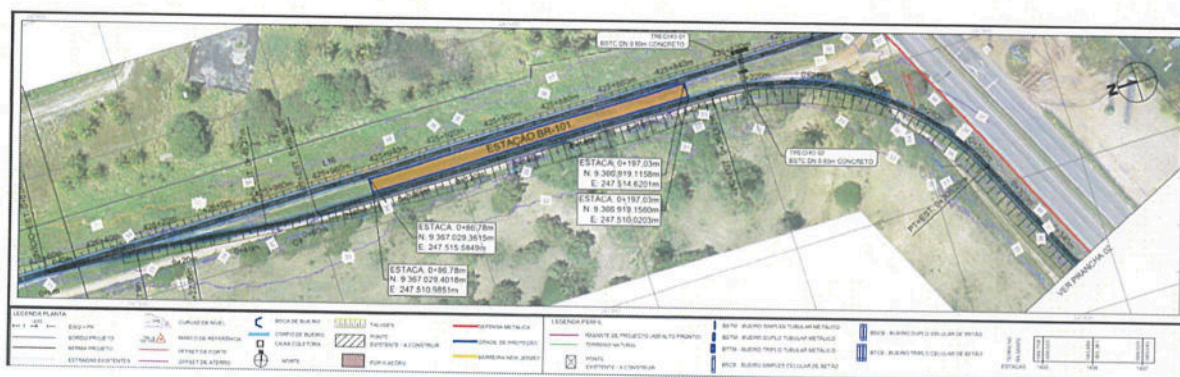
Serão analisados a entrega dos itens levantados por profissional técnico capacitado, com registro no Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Norte com especificações e quantidades mostradas na tabela abaixo:

Itens da Entrega	Percentual	Execução
Análise de processo	100%	2 semanas
Coleta de dados	100%	2 semanas
Elaboração de laudo	100%	2 semanas

Considerando a justificativa e necessidade de contratação, bem como a especificação técnica o levantamento de campo deve ser realizado no seguinte local:

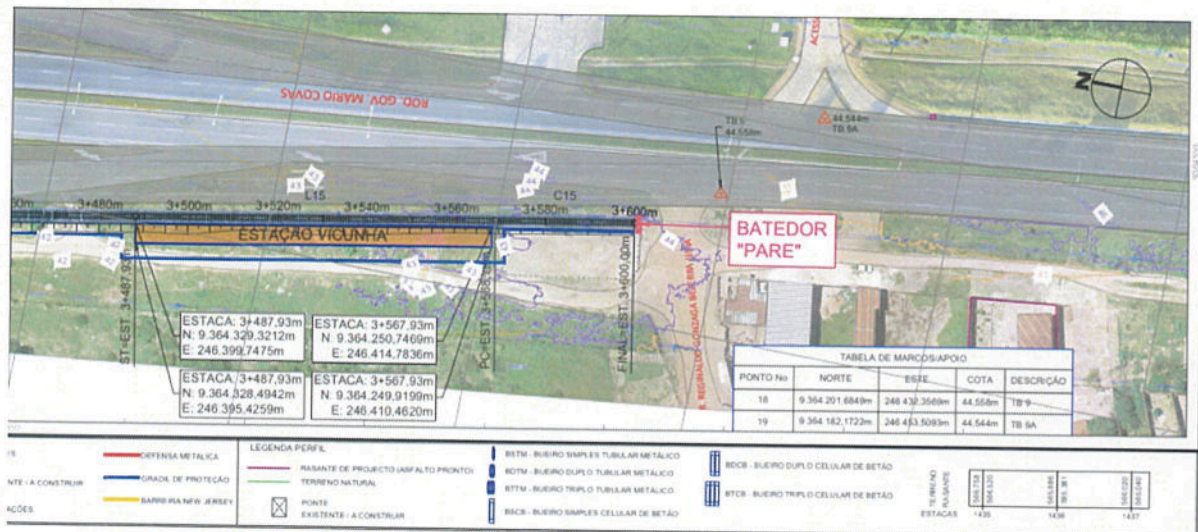
Localização: Detalhamento georreferenciado em anexo cujo projeto executivo geométrico caracteriza adequadamente a Linha Roxa e seu entorno.

Início do trecho:





Fim do trecho:



5. DA VISITA TÉCNICA

5.1. A visita técnica não é obrigatória. O profissional interessado em participar da licitação poderá realizar visita técnica, caso haja necessidade. A visita tem por finalidade conhecer as áreas e os locais, bem como as possíveis interferências necessárias para realização do serviço;

5.2. A visita poderá ser realizada, no horário das **08:30 às 16:30h**, até o penúltimo dia útil anterior à data da licitação, mediante prévio agendamento solicitado **até o 5º dia útil que precede a licitação**, agendando com a CBTU através dos Sr. **André Joia (61-99464-8228)**.

5.3. Após a realização da visita o profissional receberá uma cópia do Atestado de Visita Técnica, em anexo, que será emitido ao final da mesma.

6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

6.1. Serão de inteira responsabilidade do CONTRATADA:

6.1.1. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para a execução deste serviço;

6.1.2. Utilizar os equipamentos necessários para execução do serviço em perfeitas condições de utilização;

6.1.3. Observar normas internas e regulamentações da CONTRATANTE, sempre quando estiver nas



dependências desta;

6.1.4. Designar um preposto para tratar de todos e quaisquer assuntos relativos ao andamento do contrato, devendo sempre se reportar ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE;

6.1.5. Apresentar ao final da execução do serviço, a Nota Fiscal - Fatura, para conferência, atestação, liquidação e pagamento, no prazo máximo de 30 dias, contados da entrega dos documentos na sede da CONTRATANTE, setor de Protocolo ou por meio digital, via e-mail;

6.1.6. Manter seus empregados devidamente uniformizados com vestuário apropriado, para os serviços a executar, portando crachás de identificação para uso sobre o uniforme, de forma visível, zelando pela sua boa apresentação, sendo vedada a presença nas dependências da CONTRATANTE, de empregado trajando roupas distintas do uniforme, ou calçados considerados inadequados pela CONTRATANTE;

6.1.7. Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE, por qualquer ato ou omissão de seus prepostos e / ou empregados, quando da realização dos serviços contratados;

6.1.8. Comunicar por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da CONTRATANTE;

6.1.9. Observar e informar a todos os seus empregados designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE, das normas e procedimentos da mesma, observando seu cumprimento, principalmente no que se refere à segurança do trabalho, prevenção contra incêndio e disciplina de seus empregados;

6.1.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos ou faltas causadas pelos seus empregados, aos bens da CONTRATANTE, e/ou terceiros;

6.1.11. Elaborar laudo técnico pericial seguindo todos os preceitos e diretrizes baseados na legislação vigente bem como seguir as recomendações dos órgãos de avaliação pericial de engenharia.

6.2. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE:

- 6.2.1. Pagar à CONTRATADA a importância devida pelos serviços prestados, de acordo com o estabelecido no Contrato, observando o disposto nas cláusulas contratuais;
- 6.2.2. Facilitar o acesso da CONTRATADA às suas dependências para a realização dos serviços, fornecendo as informações solicitadas quando estas forem inerentes à prestação dos serviços;
- 6.2.3. Designar, por escrito, um ou mais profissionais de seus quadros, para servirem de elemento de ligação com a CONTRATADA, no acompanhamento de todos os assuntos inerentes ao objeto do Contrato;
- 6.2.4. Disponibilizar local para guarda dos equipamentos necessários para execução do serviço;
- 6.2.5. Providenciar junto à CBTU a emissão da Nota Fiscal de Remessa do serviço técnico realizado, que será emitida pela CBTU;
- 6.2.6. Disponibilizar toda e qualquer informação necessária para a CONTRATADA, pertinente a realização do serviço.

6.3. Exoneração de responsabilidades:

- 6.3.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior;
- 6.3.2. As partes cuja prestação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução pactuada;
- 6.3.3. Cessado o impedimento, retoma-se a execução do contrato, prorrogado o respectivo prazo de tantos dias quanto tiverem sido os de sua paralisação, ressalvada à CONTRATANTE, se essa paralisação tiver sido superior a 10 (dez) dias, a faculdade de rescindi-lo nos termos deste instrumento.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A CONTRATANTE receberá definitivamente o serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do Laudo Técnico Pericial, produto final após revisão e recebimento provisório inicialmente feito pela



CONTRATADA.

7.2. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE.

8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Conforme Art. 30, capítulo II, alínea “b” da lei 13303/2016 a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização para pareceres, perícias e avaliações em geral;

8.2 O Regime de execução será Empreitada por Preço Global.

O custo de execução do serviço definido no objeto deste será o valor indicado conforme proposta anexa ao presente TR que é de R\$15.810,00 (quinze mil oitocentos e dez reais).

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para a presente inexigibilidade de licitação deverão apresentar atestado de capacidade técnica, emitida por entidade e/ou empresa reconhecida, nos quais sejam comprovados que a empresa ou o seu responsável técnico já realizou serviço de complexidade superior ou similar ao objeto do presente termo de referência;

9.2. A empresa deverá comprovar a sua associação no registro do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE, a fim de comprovar a especialização da licitante na prestação dos serviços objeto do presente termo.

9.3. O corpo técnico da empresa deverá possuir currículo condizente com a capacidade técnica para elaboração do laudo pericial, bem como registro pela exigência da profissão possuir registro junto ao CREA-RN.

10. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES

10.1. CONSÓRCIOS



10.1.1. Fica vedada a formação de consórcios para a contratação do objeto deste Termo;

10.1.2. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

10.2. SUBCONTRATAÇÃO

10.2.1. Não será permitida a subcontratação do objeto, uma vez que pelas características técnicas da modalidade de inexigibilidade de licitação, deverá ser seguido os requisitos de qualificação técnica necessários para execução dos serviços;

11. GARANTIA

11.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

11.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.

11.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

11.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.



- 11.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 11.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 11.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 11.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.4.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 11.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
- 11.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 11.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 11.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 11.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 11.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 11.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.



- 11.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 11.12. Será considerada extinta a garantia:
- 11.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
 - 11.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
 - 11.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 11.13.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 11.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 11.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 11.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 11.14. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 11.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

12. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL

- 12.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável;
- 12.2. As condições e sugestões pré-concebidas para fatos supervenientes à assinatura do contrato que alterem o equilíbrio do mesmo estão dispostas no Anexo “Matriz de Risco”.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 13.1. A vigência do contrato será de 3 meses, a partir da assinatura do contrato;



13.2. O prazo de execução do objeto será de 1 mês contados a partir da assinatura da Ordem de Execução;

13.3. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.3.1. COMPETE AO GESTORES

- 13.3.1.1. Responder pelo acompanhamento, coordenação e comando da fiscalização da execução contratual, observando os aspectos físicos e financeiros da obra, do serviço e/ou fornecimento para o qual foi designado, reportando-se aos seus superiores hierárquicos sempre que entender necessário e/ou não possuir competência para a decisão pretendida;
- 13.3.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
- 13.3.1.3. Solicitar do(s) fiscal(ais) todas as informações necessárias a fim de subsidiar a elaboração de relatórios e a tomada de decisões;
- 13.3.1.4. Verificar, previamente, e comunicar à CONTRATADA o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição;
- 13.3.1.5. Coordenar a fiscalização da execução da obra, dos serviços e/ou fornecimentos, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento contratual;
- 13.3.1.6. Aprovar e encaminhar, ao órgão estrutural pertinente, os documentos de cobranças apresentados a CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências:
 - 13.3.1.6.1. Zelar para que, nos instrumentos contratuais que prevejam reajuste de preços, as faturas do valor principal sejam emitidas separadamente das faturas de reajuste;
 - 13.3.1.6.2. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros) estão acompanhados das planilhas de medição e/ou dos comprovantes de recebimento com suas respectivas memórias de cálculo atestadas pelo fiscal;
 - 13.3.1.6.3. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de suas aplicações;
 - 13.3.1.6.4. Atestar as memórias de cálculo de Reajuste/Repactuação e/ou atraso de pagamento;



- 13.3.1.6.5. Encaminhar, nos contratos de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, os processos de pagamento para ateste prévio, pelos gestores das áreas Financeira e de Recursos Humanos de sua unidade, quanto ao cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas do contrato, sendo tais atestes pré-requisitos para o envio para liquidação e pagamento.
- 13.3.1.7. Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 13.3.1.8. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações das cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do instrumento contratual;
- 13.3.1.9. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica própria, ou de terceiros, que apoiará o fiscal do instrumento contratual no exercício de suas atribuições;
- 13.3.1.10. Elaborar e manter atualizado o relatório de execução físico-financeiro do instrumento contratual, de forma a subsidiar a elaboração de Termo de Encerramento, bem como o fornecimento de Atestados de Execução que porventura venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 13.3.1.11. Realizar todos os atos de comunicação e notificação da CONTRATADA, em especial nos casos de prática de condutas passíveis de aplicação de penalidades;
- 13.3.1.12. Elaborar relatórios de gestão, quando necessários, bem como os relatórios referentes à defesa prévia e ao recurso da CONTRATADA no processo administrativo sancionador;
- 13.3.1.13. Armazenar em meio digital e no formato definido em Norma Administrativa interna, toda documentação referente à gestão do instrumento contratual;
- 13.3.1.14. Formalizar a necessidade de aditamento ou de deflagração de novo processo administrativo de contratação ao seu superior hierárquico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do prazo de vencimento do instrumento contratual, devendo zelar pela conclusão dos procedimentos no prazo estipulado;
- 13.3.1.15. Solicitar à Contratada a apresentação da garantia de execução contratual;



- 13.3.1.16. Instaurar processo administrativo sancionador por não apresentação da garantia ou descumprimento por inexecução parcial ou total do contrato, se for o acaso;
- 13.3.1.17. Solicitar à Área Financeira a liberação da garantia contratual, quando couber.

13.3.2. COMPETE AOS FISCAIS

- 13.3.2.1. Reportar-se ao gestor, cabendo ao órgão à área estrutural pertinente a orientação técnica para seu adequado desempenho;
- 13.3.2.2. Responder pela fiel execução do instrumento contratual, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo de execução estão em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços e fornecimentos;
- 13.3.2.3. Justificar, nos aspectos técnicos, ao gestor do contrato, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a, posteriormente, ao gestor do contrato;
- 13.3.2.4. Analisar e submeter ao gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 13.3.2.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela CONTRATADA;
- 13.3.2.6. Auxiliar o gestor no armazenamento de toda documentação referente à gestão do instrumento contratual.

14. ANÁLISE DE RISCOS

- 14.1.1. De acordo com o antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2017), através da IN 05/2017 Capítulo III, Seção III, Art 25, 26 e 27 –DO GERENCIAMENTO DE RISCOS– pode-se definir, metodologicamente, a incerteza de eventos em potencial a partir de duas perspectivas: a probabilidade (possibilidade de que um determinado evento ocorrerá) e o impacto (o efeito, a consequência da ocorrência do evento);
- 14.1.2. Ainda de acordo com referido órgão, uma ferramenta bastante útil para a mensuração, avaliação e ordenamento dos riscos que podem afetar um processo, é a matriz de riscos;



- 14.1.3. Ademais, a elaboração de mapa ou matriz de riscos se faz obrigatória em relação à contratação pretendida, por força da regra insculpida no parágrafo 8º do art. 54-A do RILC-CBTU;
- 14.1.4. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;
- 14.1.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco, anexo
- 14.1.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos;
- 14.1.7. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 14.1.8. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 15.1.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, conforme abaixo:
 - 15.1.1.1. Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, incluindo ações de redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada desses resíduos.
 - 15.1.1.2. Resolução CONAMA nº 448/2012 - Dispõe sobre critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e aeroviários, incluindo obras de infraestrutura e construção civil associadas a esses empreendimentos.
 - 15.1.1.3. ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental,



ajudando as organizações a identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.

- 15.1.1.4. Lei Federal nº 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabelece princípios e diretrizes para o uso racional dos recursos naturais, a preservação e a recuperação da qualidade ambiental, entre outros aspectos.
- 15.1.1.5. Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais. Esta lei define crimes ambientais e suas penalidades, incluindo danos a áreas de preservação permanente, desmatamento ilegal, poluição hídrica, entre outros.
- 15.1.2. Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, em plena vigência, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 27/01/2022.
- 15.1.3. Durante a entrega no almoxarifado da CBTU, a CONTRATADA deverá seguir as recomendações do Comitê de Sustentabilidade da unidade designada para recebimento do material.



16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 16.1.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 16.1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 16.1.4. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 16.1.5. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 16.1.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 16.1.7. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.



17. ANEXOS

- 17.1.1. Cronograma Físico Financeiro
- 17.1.2. Matriz de Risco
- 17.1.3. Comprovação de Capacidade Técnica de Serviço Singular especializado de Perícia
- 17.1.4. Cadastro junto ao IBAPE-RN
- 17.1.5. Proposta de Preço do serviço objeto deste TR
- 17.1.6. Comprovação de serviços semelhantes - NFs
- 17.1.7. Projeto Geométrico - caracterização de região de estudo.

Brasília, na data da assinatura eletrônica

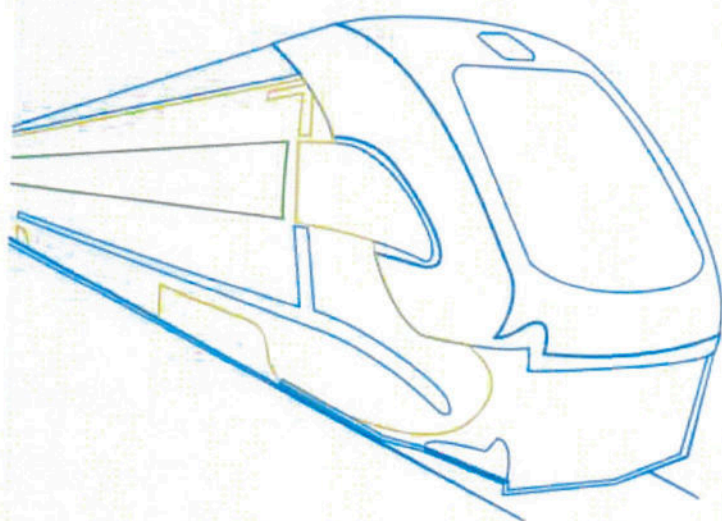
**ANDRE
CORREA**
**JOIA:1013
2882620**

Assinado digitalmente por ANDRE CORREA
JOIA:10132882620
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
15504782000100, OU=videoconferencia, CN=
ANDRE CORREA JOIA:10132882620
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.09.11 17:46:58-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0

André Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT - CBTU/AC

Fabricio Marchi Mendes
Analista Técnico – Arquiteto
GAPRO - CBTU/AC

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

Natal, 12 de Dezembro de 2024.

Proposta 12/2024

A CBTU (Companhia Brasileira de trens Urbanos)

Ao Engenheiro Andre Joia

Assunto: preparação de uma laudo técnico de Engenharia referente a uma vistoria realizada no trecho da linha roxa da CBTU.

Documentos necessários para a execução dos serviços :

Para efeito de preparação e entrega do laudo pericial, é necessário, que este perito tenha acesso a todos os documentos (projetos, memoriais descritivos, orçamentos, relatórios, atas de reuniões, e tudo o que possa ser indicativo para a análise técnica) pertinentes ao projeto da linha férrea da CBTU- Linha Roxa.

Esta proposta foi baseada na vistoria realizada no dia 28/05/2024, na linha férrea de aproximadamente 3,8 km, interligando a estação vizinha a fabrica da Ambev a estação da fabrica Vicunha, no município de Extremoz, no Rio Grande do Norte.

Proposta de Preços :

Valor: R\$ 15.810,00 (Quinze Mil, oitocentos e dez Reais)

Forma de Pagamento: faturado na entrega dos serviços

Prazo de entrega : 45 dias após a emissão da ordem de serviços

Proposta válida por 30 dias corridos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	TEMPO ESTIMADO(h)	VALOR (R\$)
Análise do processo.	09	4590,00
Coleta de Dados em campo e deslocamento	10	5100,00
Elaboração do Laudo Pericial	12	6120,00
TOTAL FINAL		15810,00



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com



Observações :

Não é de responsabilidade desta consultoria, a execução de nenhum serviço de engenharia, mas somente a elaboração de um laudo técnico.

Se for o caso, o pagamento poderá ser feito em depósito na caixa econômica federal - ag 0539 op 003 conta 00002865-2 ou PIX CNPJ - 23081197000136.

Deve também ser observado que o Custo unitário por hora trabalhada, conforme tabela de honorários mínimos, do IBAPE (INSTITUTO BRASILEIRO DE PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO RIO GRANDE DO NORTE)-documento em anexo - descrito no Capítulo II (Da Fixação dos Honorários), Art. 5º. Parágrafo Único importa em **R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)**, em função de *“todo tempo efetivamente despendido na realização de vistorias, buscas, estudos, cálculos e demais atividades técnicas necessárias ao desempenho de suas funções, acrescido do tempo gasto em deslocamentos, desde a saída do domicílio até o retorno ao mesmo, e excluídos os intervalos para as refeições e repouso”*;

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente a atenção dispensada,



Júlio César Pereira Nobre
Engenheiro Civil / Eng. Ferroviário / Eng. Segurança do Trabalho
MN ENGENHARIA E PERÍCIAS
CNPJ 23.081.197/0001-36

DADOS ADICIONAIS DO PROFISSIONAL

- Ex Coordenador da Pós Graduação das Engenharias da Universidade Potiguar (incluso curso de Perícias e patologias)
- Fiscalização, Acompanhamento de obras e prestação de serviços de consultoria e perícia aos Condomínios Corais de Ponta Negra, Residencial San Marino, Parque Nova Europa, Condomínio Bellagio, condomínio Residencial Morabem, Condomínio Joan Miró, Condomínio Porto Ponta Negra, entre outros



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com





- Membro do IBAPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DO RN
- Perito Judicial em terapias de estrutura de concreto armado
- Perito Judicial em Engenharia de Segurança do Trabalho
- Perito Judicial TJ-RN e do TJ/PB
- Perito Judicial da Justiça Federal do RN.
- Membro da AEST – ASSOCIAÇÃO ENG SEGURANÇA DO RN
- Membro da ABENC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS)
- Consultor Sênior de Engenharia do Governo do estado do RN, no empréstimo banco Mundial (Projeto Governo cidadão).
- Ex-Conselheiro titular da Câmara especializada de Engenharia Civil do CREA-RN. (2020 a 2022)
- EX-Coordenador da Câmara especializada de Engenharia Civil do CREA-RN (2022).



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com

Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Norte
CNPJ 09.389.990/0001-76

Arquivo impressão e uso exclusivo do profissional JÚLIO César Pereira Nobre, nº 429 IBAPE/RN

REGULAMENTO DE HONORÁRIOS PARA AVALIAÇÕES, PERÍCIAS DE ENGENHARIA E INSPEÇÕES PREDIAIS – VIGÊNCIA: MARÇO/2024

A Diretoria do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Norte – IBAPE/RN, **CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 – Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia; **COM BASE** na Resolução nº 1.002 de 26/11/2002 – Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia e da Meteorologia; e **OBJETIVANDO** a salvaguarda da dignidade profissional e a justa remuneração dos serviços do Perito ou Assistente Técnico; **RESOLVE** publicar o presente Regulamento de Honorários para Perícias de Engenharia, conforme aprovada em Assembleia.

CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS

Art. 1º – As presentes normas estabelecem as relações entre profissionais e clientes, em matéria de valores mínimos de honorários profissionais, e pressupõem o conhecimento e estrita observância:

a) Aos preceitos contidos no Código de Ética Profissional (Resolução nº 1.002/02 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com destaque para as alíneas “a)” do parágrafo II, e “b)” do parágrafo III do Artigo 10º do Código de Ética do CONFEA, que prescrevem ser vedado “aceitar trabalho, contrato, emprego, função ou tarefa por os quais não tenham efetiva qualificação” e “apresentar propostas de honorários com valores vis ou extorsivos ou desrespeitando tabelas de honorários mínimos aplicáveis”, respectivamente;

b) Às Normas Brasileiras publicadas pela ABNT aplicáveis à Engenharia de Avaliações, Perícias de Engenharia e Inspeções Prediais;

c) À Norma de Avaliações de Bens, à Norma de Inspeção Predial e à Norma Básica para Perícias de Engenharia, todas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE, entidades Federativa Nacional (Nacional e São Paulo);

d) À exigência prevista nos termos do art. 34, alínea “r”, da Lei Federal nº 5.194/66, que estabelece a obrigatoriedade dos Conselhos Regionais em registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

Art. 2º – Recomenda-se aos associados do IBAPE/RN a observância deste Regulamento de Honorários nos contratos escritos, assim como nos verbais, especialmente quanto aos limites mínimos aqui fixados.

Art. 3º – É recomendável que o profissional contrate, previamente e sempre que possível, por escrito, a Prestação de Serviços Profissionais, obtendo a assinatura do cliente na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a qual deverá ser devidamente registrada no CREA-RN. Em qualquer desses casos, é lícito ao profissional requerer um adiantamento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) sobre o valor dos honorários.

Art. 4º – Nas Perícias Judiciais recomenda-se que o profissional apresente orçamento, justificado e fundamentado, de seus honorários, requerendo o depósito prévio integral deste valor em conta judicial, antes do início dos trabalhos, sempre que possível.

Parágrafo Único – Em perícias judiciais e arbitrais complexas, não sendo possível a determinação exata do tempo gasto nos trabalhos antecipadamente, o profissional poderá apresentar uma

Endereço provisório: Rua Cel. Francisco Borges, 104 – Tirol – CEP 59020-270 – Natal/RN

E-mail: contato@rnibape.com.br

Fone: (84) 9 9648-8462



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com





Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Norte
CNPJ 09.389.990/0001-76

Arquivo impressão e uso exclusivo do profissional **Júlio César Pereira Nobre, nº 429 IBAPE/RN**

estimativa provisória, a ser complementada através de demonstrativo fundamentado no final dos serviços, se necessário.

CAPÍTULO II DA RECOMENDAÇÃO DE HONORÁRIOS EM FUNÇÃO DO TEMPO GASTO

Art. 5º – De modo geral, todos os trabalhos de avaliações, perícia e inspeções prediais poderão ter seus honorários correspondentes fixados em função do tempo gasto para a realização do trabalho, multiplicado pelo valor da Hora Técnica, cuja determinação leva em conta a remuneração do profissional, os custos diretos e os indiretos, inerentes ao exercício da atividade profissional.

Parágrafo Único – A Hora Técnica recomendada aos associados importa no valor de **R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)** por hora, compreendendo todo o tempo efetivamente despendido na realização de vistorias, buscas, estudos, cálculos e demais atividades técnicas necessárias ao desempenho de suas funções, acrescido do tempo gasto em viagens e deslocamentos, desde a saída do domicílio ou do escritório do profissional até o retorno aos mesmos, excluídos os intervalos para as refeições e repouso.

Art. 6º – As vistorias, perícia e pareceres em que a complexidade do serviço justifique envolver conhecimentos técnicos especializados, serão remunerados nas mesmas bases mencionadas no artigo anterior, acrescido de percentual previamente avençado entre o profissional e o cliente, entendendo-se como conhecimentos técnicos especializados aqueles decorrentes de cursos de extensão, de cursos de pós-graduação ou quando for público e notório ser o profissional consultado ou contratado especialista no assunto da consulta, vistoria ou perícia.

Art. 7º – Para os casos de parecer técnico, definido como opinião, conselho, esclarecimento técnico, relatório circunstanciado emitido por um profissional legalmente habilitado sobre assunto de sua especialidade, nos termos da ABNT NBR 14.553-1:2019 e ABNT NBR 13.752:1996, serão cobradas as horas técnicas efetivamente despendidas, respeitando-se o patamar mínimo inicial de 7 (sete) horas.

CAPÍTULO III DO RESSARCIMENTO DAS DESPESAS AO LONGO DOS TRABALHOS

Art. 8º – As despesas efetuadas ao longo do trabalho pericial não estão incluídas nos honorários fixados neste Regulamento, e devem ser solicitadas/acertadas previamente entre as partes.

Art. 9º – Caso não haja acerto prévio, as despesas referidas no artigo anterior deverão ser reembolsadas pelo cliente até o momento do pagamento da parcela final dos honorários, mediante apresentação dos respectivos comprovantes.

Art. 10º – As despesas decorrentes da prestação de serviços técnicos realizados por terceiros, tais como aqueles que envolvam análises, ensaios, levantamentos topográficos, elaboração de desenhos técnicos, entre outras atividades, serão cobrados com base nas respectivas tabelas de honorários profissionais contratados.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º – O valor da Hora Técnica básica nos termos do Art. 5º, está sujeito a alterações nos seguintes casos, podendo ser de forma conjunta:

Endereço provisório: Rua Cel. Francisco Borges, 104 – Tirol – CEP 59020-270 – Natal/RN
E-mail: contato@rnibape.com.br Fone: (84) 9 9648-8462



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com





Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Norte
CNPJ 09.389.990/0001-76

Arquivo impressão e uso exclusivo do profissional **Júlio César Pereira Nobre**, nº 429 IBAPE/RN

- a) Acréscimos de, no mínimo, 20% (vinte por cento) nos serviços realizados fora do município de domicílio do profissional;
- b) Acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) nos serviços obrigatoriamente efetuados aos domingos, feriados e períodos noturnos;
- c) Acréscimo de percentual a ser previamente incluído no orçamento apresentado ao solicitante, a critério do profissional, nos trabalhos em zona insalubres, perigosas ou que, de outro modo, aumentem o risco pessoal do profissional e de seus auxiliares;
- d) Acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) para profissionais com comprovada experiência superior a 10 (dez) anos, e acréscimo de até 100% (cem por cento) para profissionais com comprovada experiência superior a 20 (vinte) anos;
- e) Acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) para serviços requisitados em caráter de urgência;
- f) Reduções de percentual a ser previamente ajustados, de comum acordo com o solicitante, respeitado o valor mínimo estipulado no Art. 5º deste Regulamento.

Art. 12º – O profissional indicado para funcionar como assistente técnico deverá contratar os seus honorários diretamente com o cliente, seguindo os mesmos critérios deste Regulamento.

Art. 13º – Se houver supressão de parte do trabalho contratado quando o mesmo já estiver em andamento, o profissional terá o direito a uma indenização correspondente à parte suprimida, calculada em 50% (cinquenta por cento) do valor dos honorários respectivos.

Art. 14º – Todas as dúvidas emergentes de omissões deste Regulamento de Honorários Profissionais ou da aplicação de suas disposições serão dirimidas mediante consulta escrita, dirigida ao IBAPE/RN.

Art. 15º – Este Regulamento de Honorários Profissionais é válido para o território nacional, quando dos trabalhos exclusivamente realizados pelo membros associados ao IBAPE/RN.

Art. 16º – Este Regulamento de Honorários Profissionais deverá ser alterado pela Assembleia Geral do IBAPE/RN a ser realizada no mês de março/2024, ou sempre que as circunstâncias e a conjuntura econômica nacional assim o exigirem.

Natal (RN), 15 de maio de 2023.


Eng.º Civil Tarcísio José de Medeiros Lima
Presidente IBAPE/RN

Endereço provisório: Rua Cel. Francisco Borges, 104 – Tirol – CEP 59020-270 – Natal/RN
E-mail: contato@rnibape.com.br Fone: (84) 9 9648-8462



JÚLIO CÉSAR PEREIRA NOBRE

Perito judicial -Engenheiro Civil/Segurança do Trabalho /Ferroviário
CREA 210320160-4 (84) 999084000 – Julionobreeng@gmail.com

